

Em Destaque...

Governo de SP anuncia pacote com políticas públicas para ampliar segurança nas escolas em todo Estado

O governador Tarcísio de Freitas, junto aos secretários de estado da Educação, Renato Feder, e de Segurança Pública, Guilherme Derrite, anunciou um pacote com políticas públicas para ampliar a segurança da comunidade escolar em todo o Estado. As novidades foram apresentadas após uma visita à Escola Estadual Thomazia Montoro. No âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), serão de R\$ 240 milhões para contratação de 550 psicólogos e 1.000 seguranças privados para atuar nas escolas estaduais. Além da ampliação do número de professores com horas exclusivas para lidar com questões de convivência e atualização da Plataforma Conviva – Placon, local para registro de ocorrências escolares na rede estadual de ensino. “As medidas são resultado de uma ampla pesquisa que fizemos com os profissionais da

educação, em uma construção conjunta para a definição de estratégias que contribuam para um melhor ambiente escolar”, destacou o governador Tarcísio de Freitas.

Psicólogos na Educação

A nova contratação do programa Psicólogos na Educação já está em andamento com previsão de conclusão em até 180 dias, em um investimento de R\$56 milhões. O atendimento que antes era remoto agora será presencial. Os psicólogos ficarão nas 91 Diretorias de Ensino e vão atuar, cada um, em até 10 escolas por semana presencialmente, com pelo menos 600 mil horas de atendimento.

Segurança Privada

Os seguranças representam investimento de R\$ 60 milhões. Os profissionais serão alocados em regiões mais vulneráveis, a serem definidas pela Seduc-SP junto a equipe do Programa de Melhoria da Convivência e Prote-

ção Escolar (Conviva SP). Ampliação do Conviva SP Dentro do Conviva, 5 mil professores, um por escola, terão jornada de 10 horas semanais exclusivas para disseminar ações do programa em suas escolas. Este período de trabalho representa R\$ 120 milhões. Por fim, o novo aplicativo da Placon vai contar com informações integradas da Educação, Segurança Pública, Justiça e Saúde sobre os alunos. “Os 5 mil professores de convivência farão a primeira abordagem aos alunos, com um olhar para o acolhimento e a saúde mental. Além disso, os psicólogos darão uma assistência especializada, auxiliando os professores e alunos com todo o suporte necessário, explicou o secretário de Estado da Educação, Renato Feder. A Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP), por sua vez, irá criar um botão de acionamento prioritário para escolas, intensificar o poli-

cimento nas unidades, aumentar as vagas da Dejem Escolar e contratar policiais aposentados para coordenar o programa Segurança Escolar.

Segurança escolar

Para dar prioridade a ocorrências que envolvam a comunidade escolar, será criado o botão Segurança Escolar, dentro do aplicativo 190 SP da Polícia Militar. Ou seja, todos os casos acionados por meio dele terão preferência no despacho de viatura, assim como já é feito com o aplicativo SOS Mulher. A medida vai dar ainda mais agilidade neste tipo de atendimento. Por meio dele, o estudante vai conseguir denunciar atitudes suspeitas em sala de aula, anexar prints de redes sociais suspeitas e pedir ajuda, tudo de maneira anônima. Policiamento e Ronda Escolar Além disso, o policiamento nos entornos das escolas também será reforçado pelas companhias das áreas, que elaborarão estra-



tégias de rondas. Já o programa Ronda Escolar, que atualmente conta com cerca de 600 policiais diariamente nas ruas, será ampliado por meio da Dejem Escolar. “Reforçamos o policiamento nas imediações das escolas, além de todo o trabalho já realizado pela Ronda Escolar. Com o botão dentro do aplicativo 190SP, poderemos direcionar a viatura mais próxima caso alguma escola passe por algum problema”, destacou o secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite.

Projeto de lei

Uma outra iniciativa é a criação do programa Segurança Escolar, que vai colocar de forma permanente um policial em cada escola. A ideia é recontratar os agentes de segurança já aposentados para assumir a função de gestores do programa. A Secretaria de Segurança Pública do Estado já elaborou o plano. Agora, um projeto de lei será apresentado para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo pelo executivo, para que esse tipo de contratação seja permitida.



Dr. Epaminondas Nogueira

Dra. Carmen Cecilia Nogueira Beda

Sócia do Epaminondas Nogueira - Sociedade de Advogados

Um equívoco muito comum é o trabalhador acreditar que porque

Sem Baixa na Carteira de Trabalho posso arrumar novo emprego?

a Carteira de Trabalho não foi baixada, a empresa não fez a anotação de encerramento de vínculo do trabalho, fica impossibilitado de ter um novo registro de trabalho.

Essa não é uma verdade, mesmo sem a baixa na Carteira de Trabalho é possível ter a anotação de um novo registro, e a explicação é simples, uma mesma pessoa pode ter vários contratos de trabalho simultâneos.

Contratos simultâneos são comuns para médicos, enfermeiros, que muitas vezes trabalham em vários locais, mas nada impede que outros trabalhadores de outras áreas se encontrem na mesma situação.

O principal problema de não ter a baixa na Carteira de Trabalho é ter dificuldade para receber o Seguro Desemprego, já que é um benefício pago a quem não tem emprego, e se a Carteira não foi baixada, o sistema vai entender, que o trabalhador não tem direito ao benefício, porque ainda está trabalhando.

Assim, também quem tem dois empregos, se for demitido de um não terá direito ao Seguro Desemprego.

Existem algumas formas de resolver a situação, a primeira e mais rápida é entrar em contato direto com o empregador, e solicitar seja dada a baixa, com a atualização do encerramento

do Contrato de Trabalho junto ao sistema, que é hoje todo digitalizado. Lembrando que é obrigação da empresa proceder a baixa adequadamente, e, que se a falta de baixa causar algum transtorno, é possível até um pedido de indenização.

Nas situações em que couber indenização é preciso que o pedido seja realizado via judicial, no momento imediatamente posterior ao acontecimento do fato danoso, por exemplo, a recusa do pagamento do Seguro Desemprego, em função da falta de baixa ou de anotações incorretas, o direito se inicia no momento em que o benefício é negado, e perdura por no máximo 2 anos,

por isso é importante, ser rápido, e, principalmente ter provas dos danos causados.

Quando o contato com a empresa se torna impossível, a alternativa seguinte, seria levar a documentação que comprove o término do Contrato de Trabalho, junto ao Ministério do Trabalho e solicitar a correção direto no sistema.

Importante frisar que se houve alguma ação judicial, a baixa pode ser requerida no processo judicial, e a anotação pode ser realizada até pelo Juiz do Trabalho, caso a empresa se recuse a dar a baixa.

O caso extremo seria a necessidade de uma ação judicial

específica para a Declaração de Encerramento do Contrato de Trabalho, e, isso pode acontecer antes mesmo que o trabalhador passe por alguma situação de constrangimento.

Como todos os sistemas são automatizados, em tese não há a necessidade de o trabalhador comparecer ao local de trabalho para a baixa, a, empresa pode dar a baixa direto, mas se houver a solicitação de comparecimento, e para os que ainda têm o documento em papel, é importante comparecer pessoalmente ou enviar procurador.

Se houver dúvida nesse sentido é importante consultar um advogado especializado no assunto.

Compras online serão fiscalizadas de forma mais rígida

O Ministério da Fazenda objetiva aumentar a fiscalização sobre as atividades de lojas online, considerando o fracionamento de compras e a atuação de possíveis irregularidades. Assim sendo, o envio de encomendas de até US\$ 50 continua isento entre pessoas físicas.

Combate a atuação ilegal

A Receita Federal pretende combater empresas que enviam compras como se fossem pessoas físicas, “escapando” da tributação.

A nota oficial do Ministério da Fazenda complementa que a isenção se aplica para envio entre pessoas físicas, por isso, a empresa que fraciona encomendas para burlar a tributação está agindo de maneira ilegal.

Portanto, o governo não irá fazer nenhuma mudança para quem compra e vende legalmente pela internet, ou seja, quem já paga o atual imposto de importação, continuará realizando suas transações normalmente.

Nova MP

Dessa forma, conforme destaca a divulgação oficial, a medida provisória que será editada pretende antecipar a prestação de declarações por parte das empresas, no que tange a mercadorias que ainda não chegaram ao Brasil.

O Ministério da Fazenda pretende reforçar a fiscalização, dessa maneira, a partir da medida provisória, a declaração antecipada de dados será uma obrigatoriedade do exportador.

Assim sendo, as mudanças tendem a beneficiar o consumidor, que receberá as compras de forma mais rápida e segura.

Produtos entregues de forma mais rápida

O processo de liberação dos produtos será agilizado a partir da prestação de contas por parte do empresário que atua de maneira legal.

Dessa forma, as empresas deverão informar os dados para o governo durante o trânsito do produto para o país. Além disso, a decisão beneficia empresas nacionais, pois irá combater a sonegação e o contrabando.

Segundo informa a Agência Brasil, no último dia 11, uma nota da Receita Federal negou a intenção de acabar com a isenção do imposto de importação para encomendas entre pessoas físicas, desde que

fossem de baixo valor.

Entenda a confusão das informações sobre a taxa

O esclarecimento foi necessário porque nunca existiu uma isenção de US\$ 50 para compras online, sendo assim, não faz sentido

afirmar a pretensão de acabar com o que não existe, destaca a divulgação oficial.

O mais importante é que fique claro que nada muda para o comprador e nem para o vendedor que atua de maneira legal.

EDSON LUIS DE PAULA MUNIZ BARBOSA - ME	
BALANÇO PATRIMONIAL	
1004 CADS CENTRO DE APOIO AO DEFICIENTE DE SUZANO	
CNPJ: 10.675.633/0001-53	FOLHA: 000001
PERÍODO DE ENCERRAMENTO: 01/01/2022 A 31/12/2022	
1 - ATIVO	
1.1 - ATIVO CIRCULANTE	
1.1.1 - DISPONÍVEL	
1.1.1.01 - BENS NUMERÁRIOS	404,39 D
1.1.1.01.0001 - CAIXA	404,39 D
	BENS NUMERÁRIOS
	404,39 D
1.2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	
1.2.3 - MOBILIZADO	
1.2.3.01 - BENS	
1.2.3.01.0002 - MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	1.117,30 D
1.2.3.01.0006 - MOVÉIS E UTENSÍLIOS	560,00 D
	BENS
	1.677,30 D
1.2.3.03 - DEPRECIACÃO ACUMULADA	
1.2.3.03.0002 - (-) DEPREC ACUM NÃO APARELHOS, EQUIP	1.117,30 C
1.2.3.03.0008 - (-) DEPREC ACUM MOVÉIS E UTENSÍLIOS	560,00 C
	DEPRECIACÃO ACUMULADA
	1.677,30 C
	Total do ATIVO
	404,39 D
2 - PASSIVO	
2.4 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
2.4.6 - RESULTADOS ACUMULADOS	
2.4.6.01 - RESULTADOS ACUMULADOS	
2.4.6.01.0001 - RESULTADOS ACUMULADOS	172,06 C
2.4.6.01.0002 - RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO	232,33 C
	RESULTADOS ACUMULADOS
	404,39 C
	Total do PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	404,39 C

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 de Dezembro de 2022, conforme documentação apresentada.

GABRIELA JESSICA DA SILVA PERES
FUNÇÃO: PRESIDENTE
RG: 48.142.626-3
CPF: 388.455.858-02

ALMEIDA BARBOSA ANHASSO
FUNÇÃO: CONTADOR
CPF: 345.921.508-99
CRC: 15P2527003

BALANÇO PATRIMONIAL	
JANEIRO a DEZEMBRO DE 2022	
AGUIA DO BADRA FUTEBOL CLUBE	
CNPJ: 48.363.961/0001-97	
Rua José Ferreira Neves, 434 Cidade Miguel Badra - Suzano SP, CEP: 08690-205	
ATIVO	PASSIVO
Conta analítica Saldo atual	Conta analítica Saldo atual
Ativo Circulante 0	Passivo Circulante 0
Ativo não Circulante 0	Passivo não Circulante 0
	Patrimônio Líquido 0
Total do Ativo	Total do Passivo
0	0

A empresa não teve movimento durante todo o ano de 2022, apresentando balanço patrimonial, com saldo de Ativo e Passivo R\$ 0 (zero), para tanto reconhecemos o resultado do presente balanço encerrado em 31/12/2022.

Demonstração de resultado do Exercício

Receita Bruta	0
(-) impostos incidentes	0
= Receita Líquida	0
(-) custos incidentes	0
= Lucro Bruto	0
(-) despesas operacionais	0
(-) despesas com vendas/serviços	0
(-) despesas financeiras	0
+ Receitas Financeiras	0
(-) despesas gerais administrativas	0
= LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	0

Reconhecemos o resultado R\$ 0 (zero) da presente demonstração de resultado do exercício encerrada em 31/12/2022.

Suzano, 31 de dezembro de 2022.

Isabela Suzarte de Jesus
CPF: 165.831.058-61
Presidente

Náisia A. Velúcia Fernandes da Silva
RG: 40335.337-8
CPF: 308.845.048-40
CRC: 1/SP 253533-0

Náisia A. Velúcia F. Silva
RG: 40335.337-8
CPF: 308.845.048-40

PARTICIPE E APRENDA COMO SE ESCREVE O FUTURO.



Presente!

Visitar a Câmara e assistir a uma aula sobre o trabalho dos vereadores é fundamental para transformar alunos em cidadãos atuantes na vida política da cidade e do país.

O trabalho do prefeito passa pela Câmara, onde ele é analisado para que sejam aprovadas as mais importantes decisões da prefeitura.

É também na Câmara que os vereadores escolhidos pela população criam leis para melhorar a vida de todos.

Aproveite essa aula de cidadania. Ligue (11) 4798-9500 e agende hoje mesmo a visita de sua escola.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

www.cmmc.com.br